ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL SRP Nº 053/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 347/2026/SMCL/PVH- AQUISIÇÃO DE 20.000 (VINTE MIL) CESTAS HUMANITÁRIAS AMPLIADAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 053/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 347/2026/SMCL/PVH

Aos oito dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob n. 05.903.125/0001-45, com sede na Av. 7 de Setembro, nº 237, Esquina com Av. Farquar, Centro, nesta capital, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, Sr. Márcio Rogério Gabriel, CPF nº XX.XXX.X82-15, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro a Empresa **STAR COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 05.252.941.0001-36**,** neste ato representado pelo Sr. **Leandro Fontenele Calixto**, inscrito no CPF sob nº XX.XXX.X02-00, que passa a ser identificada como **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 347/2026/SMCL/PVH,** instaurado no processo administrativo nº 001.000031/2026-06, sujeitando-se as partes às regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preços – SRP nº 053/2026, para eventual e futura **Sistema de Registro de Preços – SRP, para eventual aquisição de 20.000 (vinte mil) cestas humanitárias ampliadas,** destinadas ao

atendimento humanitário de famílias em situação de vulnerabilidade socioambiental atingidas por eventos hidrológicos no Município de Porto Velho, visando atender as necessidades da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil - SMPDC, conforme descrições e preços constantes do Edital do Pregão Eletrônico **Nº 347/2026/SMCL/PVH.**

1.2. Dos preços, especificações e quantitativos registrados

1.2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: STAR COMERCIO LTDA **CNPJ:** 05.252.941.0001-36

ENDEREÇO: Rua Alto Madeira nº 4748, bairro Industrial – Porto Velho-RO

CEP: 76.821-082 **TELEFONE:** (69) 3015-0057 E-MAIL: contato@starcomercio.com

RESPONSÁVEL: Leandro Fontenele Calixto **CPF:** XX.XXX.X02-00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PARTICIPAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA					
01	Aquisição de **20.000 (vinte mil) Cestas Humanitárias Ampliadas**, compostas por **26 produtos e 40 volumes individuais**, destinadas ao atendimento humanitário de famílias em situação de vulnerabilidade socioambiental atingidas por eventos hidrológicos no Município de Porto Velho. A contratação terá por objeto o fornecimento de **cesta fechada e padronizada**, contendo itens alimentícios essenciais, proteína animal e produtos de higiene e limpeza doméstica, com fornecimento parcelado em dois lotes operacionais ao longo do exercício de 2026	CESTA BÁSICA	20.000	R$354,00	R$7.080.000,00

ITENS QUE COMPÕE A CESTA						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID.**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1.1	**Açúcar cristal**, de origem vegetal, constituído por sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca, com aspecto, cor, odor e sabor característicos, isento de sujidades e matérias estranhas. Acondicionado em embalagem plástica resistente, devidamente lacrada, contendo identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação vigente. Pacote com 2 kg.	UNIDADE	4	DOCE DIA	R$6,10	R$24,40
1.2	**Arroz beneficiado**, polido, tipo 1, classe longo fino, com grãos inteiros e características próprias do produto, isento de sujidades, parasitas, matérias estranhas e odores impróprios. Acondicionado em embalagem plástica resistente, devidamente lacrada, contendo identificação, lote, data de fabricação e validade. Pacote com 5 kg.	UNIDADE	5	SOLTINHO	R$27,80	R$139,00
1.3	**Biscoito salgado tipo cream cracker**, elaborado com ingredientes próprios para consumo, crocante, com sabor e odor característicos, isento de sujidades e matérias estranhas. Acondicionado em embalagem própria, íntegra e devidamente lacrada. Pacote com 350 g.	UNIDADE	1	NAGA	R$4,55	R$4,55
1.4	**Café torrado e moído,** de qualidade adequada ao consumo, com aroma e sabor característicos, acondicionado em embalagem apropriada, resistente e devidamente lacrada, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade. Pacote com 250 g.	UNIDADE	1	URUPA	R$12,09	R$12,09
1.5	**Charque bovino**, preparado a partir de carne bovina, salgado e dessecado, próprio para consumo humano, com características próprias do produto, acondicionado em embalagem íntegra e apropriada, contendo identificação, lote, data de fabricação e validade. Embalagem com 400 g.	UNIDADE	1	RIOMAR	R$24,04	R$24,04
1.6	**Colorau/urucum**, em pó, próprio para uso culinário, com coloração, aroma e características próprias, isento de sujidades e matérias estranhas. Acondicionado em embalagem apropriada e devidamente lacrada. Pacote com 100 g.	UNIDADE	1	AMAZO	R$2,54	R$2,54
1.7	**Condimento** - Tempero pronto/tempero completo, destinado ao preparo e tempero de alimentos, constituído por mistura de especiarias e ingredientes próprios para consumo humano, com características de cor, aroma e sabor próprios, acondicionado em embalagem apropriada, íntegra e devidamente lacrada, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade. Pacote com 100 g.	UNIDADE	1	AMAZO	R$4,10	R$4,10
1.8	**Farinha de mandioca regional**, tipo d'água, fina ou grossa, torrada, com aspecto homogêneo, grânulos característicos, textura própria e isenta de sujidades, parasitas, matérias estranhas e detritos. Acondicionada em embalagem plástica transparente ou apropriada, resistente, íntegra e devidamente lacrada. Pacote com 1 kg.	UNIDADE	2	DONA DE	R$8,31	R$16,62
1.9	**Feijão beneficiado**, tipo 1, próprio para consumo humano, com grãos íntegros e características próprias da variedade, isento de sujidades, parasitas, matérias estranhas e grãos deteriorados em desacordo com os padrões de qualidade aplicáveis. Acondicionado em embalagem plástica resistente, íntegra e devidamente lacrada, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade. Pacote com 1 kg.	UNIDADE	3	DONA DE	R$8,16	R$24,48
1.10	**Goiabada**, preparada a partir de polpa de goiaba e ingredientes permitidos, com consistência, cor, aroma e sabor característicos, própria para consumo humano. Acondicionada em embalagem íntegra e devidamente lacrada. Embalagem com 300 g.	UNIDADE	1	ETTI	R$4,75	R$4,75
1.11	**Leite em pó integral**, obtido pela desidratação do leite, próprio para consumo humano, com características próprias de cor, odor e sabor, acondicionado em embalagem íntegra, resistente e devidamente lacrada. Pacote com 400 g.	UNIDADE	1	ITALAC	R$17,55	R$17,55
1.12	**Massa alimentícia** seca, tipo espaguete, elaborada com ingredientes próprios, com aspecto, cor e características próprias do produto, isenta de sujidades e matérias estranhas. Pacote com 400 g.	UNIDADE	2	QDELICIA	R$3,11	R$6,22
1.13	**Massa alimentícia** seca para sopa, em formato apropriado ao preparo de sopas, elaborada com ingredientes próprios para consumo humano, isenta de sujidades e matérias estranhas. Pacote com 500 g.	UNIDADE	1	QDELICIA	R$3,64	R$3,64
1.14	**Óleo vegetal comestível refinado**, próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem PET, resistente e devidamente lacrada. Garrafa com 900 ml.	UNIDADE	2	CONCORDIA	R$8,96	R$17,92
1.15	**Vinagre de álcool ou outro tipo definido pela Administração**, próprio para consumo humano, com características de cor, aroma e sabor próprios. Acondicionado em embalagem plástica resistente e devidamente lacrada. Garrafa com 500 ml.	UNIDADE	1	CASTELO	R$3,24	R$3,24
1.16	**Sal refinado,** iodado, destinado ao consumo humano, com características próprias do produto, acondicionado em embalagem plástica resistente, íntegra e devidamente lacrada, conforme legislação sanitária vigente. Pacote com 1 kg.	UNIDADE	1	LEBRE	R$3,76	R$3,76
1.17	**Salsicha**, produto cárneo industrializado, próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem íntegra, apropriada e devidamente lacrada, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e validade. Embalagem com 180 g.	UNIDADE	1	ANGLO	R$6,28	R$6,28
1.18	**Sardinha em óleo comestível**, acondicionada em lata hermeticamente fechada, própria para consumo humano, com peso líquido de 125 g, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e validade.	UNIDADE	1	ROBINSON CRUSOE	R$7,14	R$7,14
1.19	**Creme dental de uso adulto**, com flúor, próprio para higiene bucal, acondicionado em tubo devidamente lacrado, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade. Tubo com 70 g.	UNIDADE	1	FREE DENT	R$1,81	R$1,81
1.20	**Água sanitária**, solução aquosa à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5% p/p, destinada à desinfecção e alvejamento de uso doméstico, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Acondicionada em frasco plástico opaco, resistente e devidamente lacrado. Frasco com 1 litro.	UNIDADE	1	ALVEJAX	R$3,07	R$3,07
1.21	**Detergente líquido neutro**, destinado à lavagem manual de louças e utensílios domésticos, com ação desengordurante, tensoativo biodegradável e características próprias para uso doméstico. Acondicionado em frasco plástico resistente, com tampa apropriada e devidamente lacrado. Frasco com 500 ml.	UNIDADE	1	BRISA	R$2,92	R$2,92

1.22	**Papel higiênico**, de primeira qualidade, folha simples, de celulose, cor branca, macio, absorvente, picotado, com boa resistência ao uso, sem perfume e sem material reciclado aparente, próprio para higiene sanitária. Folhas com dimensões aproximadas de 10 cm x 30 cm, ou dimensões compatíveis com o padrão de mercado, com metragem mínima de **30 metros por rolo**. Acondicionado em embalagem plástica íntegra, resistente e devidamente lacrada, contendo **4 rolos**.	UNIDADE	1	ROYAL	R$3,04	R$3,04
1.23	**Sabão em barra para limpeza doméstica**, próprio para lavagem de roupas e limpeza geral, de primeira qualidade, com características próprias de cor, odor, consistência e rendimento, acondicionado em embalagem íntegra, resistente e devidamente lacrada. **Embalagem contendo 5 barras de 200 g cada, totalizando 1 kg de produto.**	UNIDADE	1	JAMARY	R$9,09	R$9,09
1.24	**Sabão em pó/detergente em pó para lavagem de roupas**, com ação de limpeza, próprio para uso doméstico, acondicionado em embalagem resistente e devidamente lacrada. Pacote com 500 g.	UNIDADE	1	KLIP	R$4,15	R$4,15
1.25	**Sabonete em barra**, de uso corporal, com características próprias de cor, odor e textura, acondicionado em embalagem individual, íntegra e devidamente lacrada. Unidade com 85 g.	UNIDADE	3	MOTIVUS	R$1,80	R$5,40
1.26	**Esponja de lã de aço para limpeza doméstica**, composta por fios de aço carbono, maleáveis e próprios para limpeza e polimento de utensílios e superfícies. Acondicionada em embalagem íntegra e devidamente lacrada, contendo 8 unidades, com peso aproximado de 60 g.	UNIDADE	1	ASSOLAN	R$2,20	R$2,20
Valor total da cesta: R$7.080.000,00						

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, mediante manifestação da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. A referida Lei instituiu o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos relativos às contratações públicas, conforme previsto em seu art. 174, incluindo, entre eles, as Atas de Registro de Preços.

2.1.2. No âmbito municipal, o Decreto nº 18.892, de 30 de março de 2023, dispõe que o extrato da Ata de Registro de Preços deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, cumulativamente, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (DOMER), garantindo a publicidade e transparência dos atos administrativos.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens/lotes registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotes registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III. Prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Da Alteração dos Preços Registrados

4.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no art. 63 do Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023.

4.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, índice IPCA de correção monetária.

4.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I. Requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II. Documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) Notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) Lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) Tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) Comprovante de transporte de mercadorias;

e) Outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de marcado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do 5.3 deste item, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do item 5.2.1, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 5.9. desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SEG/SMCL, para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

a) A solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;

b) A justificativa para a alteração pretendida;

c) A comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;

d) Comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;

e) O laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;

f) O laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECIMENTO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I. Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

V. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI. Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados:

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público;

II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues no prazo estipulado pelo Termo de Referência e acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

11. DA OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;

14.4. Para todos os efeitos legais, considera-se parte integrante desta Ata o Edital de Licitação.

14.5. Os Preços Registrados: conforme disposto no 1.2.1.

14.6. Fica eleito o **foro do Município de Porto Velho** para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste, garantindo a observância das disposições legais aplicáveis.

THIAGO DE CASTRO PEREIRA

Secretário Executivo de Gestão de Gastos Públicos - SEG/SMCL

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL

STAR COMERCIO LTDA

CNPJ: 05.252.941.0001-36

Publicado por:

Fernanda Santos Julio
Código Identificador:072EF92B

Publicada em	20/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
Edição	4343
Código identificador	072EF92B

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em https://www.diariomunicipal.com.br/arom/